

EDITAL n.º 25, de 29 setembro de 2023.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS – PERSPECTIVAS TEÓRICO-PRÁTICAS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CESAF-ESMP), no uso de suas atribuições legais, na forma do que dispõe o art. 35 da Lei n.º 8.625/93, o art. 26 da Resolução n.º 008/2015/CPJ, o art. 47, inc. II, da Lei Complementar Estadual n.º 127, de 8 de maio de 2020, a Resolução CEE/TO n.º 155, de 15 de junho de 2020, o Parecer CP/CEE/TO n.º 208/2021, aprovado em 27/07/2021 e publicado no Diário Oficial do Tocantins, DOE/TO n.º 5901 de 04 de agosto de 2021, torna público o presente Edital, contendo as normas do Processo Seletivo para ingresso, no segundo semestre de 2023, no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especialização em “Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público”.

1. DO CURSO

1.1 O Processo Seletivo de que trata este Edital visa selecionar candidatos para ingresso no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em “Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público”, cujo início das aulas ocorrerá no segundo semestre de 2023.

1.2 O Curso tem duração de 16 (dezesesseis) meses, com carga horária total de 380 (trezentos e oitenta) horas-aula, incluindo o tempo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1.3 As informações adicionais sobre o Curso, assim como os contatos da Coordenação Pedagógica e da Secretaria, poderão ser consultados na página da Escola Superior do MPTO (<https://mpto.mp.br/cesaf/>) ou pelo e-mail especializacao.esmp@mpto.mp.br

1.4 poderão se candidatar ao Curso os portadores de diplomas de graduação em Cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC ou autorizados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Também poderão se candidatar aqueles que apresentarem certidão de colação de grau expedida até a data do encerramento das inscrições do Processo Seletivo, devendo o respectivo diploma ser apresentado até o prazo final para apresentação do TCC.

1.5 O público-alvo do presente Curso é formado por integrantes do MPTO, integrantes de outros Ministérios Públicos e comunidade em geral.

1.6 O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em “Direito e Políticas Públicas:



perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público” será ofertado sem cobrança de mensalidade.

1.7 As aulas serão ministradas presencialmente, às quintas-feiras, das 18h às 22h; às sextas-feiras, das 8h às 12h e das 14h às 18h; e, aos sábados, das 8h às 12h e das 14h às 18h, conforme calendário definido no Anexo IV, com possibilidade de adequações conforme necessidade.

1.8 Terão direito ao certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação os alunos que forem aprovados em todas as disciplinas e no Trabalho de Conclusão de Curso e, cumulativamente, tenham frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do Curso.

2 DAS VAGAS

2.1 Serão disponibilizadas 50 (cinquenta) vagas para o referido Curso, distribuídas da seguinte forma:

GRUPOS	DESTINATÁRIOS	n.º DE VAGAS
n.º 1	Membros do MPTO	20
	Servidores do MPTO	20
n.º 2	Integrantes de outros Ministérios Públicos	3
n.º 3	Comunidade em geral	7

2.2 Na hipótese de não preenchimento de todas as vagas destinadas aos membros do MPTO, os servidores da Instituição que figurarem no cadastro de reserva das vagas destinadas aos servidores do MPTO serão convocados, em estrita observância à ordem de sua classificação, para assumirem as vagas remanescentes dos membros do MPTO.

2.3 Na hipótese de não preenchimento de todas as vagas destinadas ao Grupo n.º 1 (integrantes do MPTO), as vagas remanescentes poderão ser ocupadas pelos integrantes do Grupo n.º 2 (integrantes de outros Ministérios Públicos), o mesmo acontecendo na hipótese de não preenchimento das vagas destinadas ao Grupo n.º 2, caso em que tais vagas poderão ser preenchidas pelos candidatos oriundos do Grupo n.º 3 (comunidade em geral), sendo tais remanejamentos realizados, sempre, em estrita observância à ordem de classificação no Processo Seletivo.



3 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Para efeito deste Processo Seletivo, nos termos do § 2º, do art. 15 da Resolução CNMP n.º 81/2012, ficam reservadas 5 (cinco) vagas a pessoa com deficiência, assim considerada aquela compreendida pelas conceituações do art. 2º da Lei Federal n.º 13.146/2015.

3.2 Se não houver candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo, as vagas remanescentes serão providas por outro candidato, observando-se a ordem geral de classificação.

3.3 O candidato com deficiência deverá anexar ao Formulário de Inscrição *on line*, junto com os demais documentos exigidos para a inscrição no Processo Seletivo, laudo médico que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou nível de deficiência de que é portador, assim como a CID (Classificação Internacional de Doença).

3.4 O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, deverá declarar a opção para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, em campo próprio da ficha de inscrição.

3.5 O não cumprimento do especificado no item 3.4 implicará o indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga para pessoas com deficiência, passando o candidato, automaticamente, a concorrer às vagas de ampla concorrência, desde que preenchidos os outros requisitos previstos no Edital.

4 DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

4.1 Em obediência ao disposto na Resolução CNMP n.º 170, de 13 de junho de 2017, ficam reservadas 10 (dez) vagas aos candidatos negros.

4.2 Se não houver candidato negro classificado no Processo Seletivo, as vagas remanescentes serão providas por outro candidato, observando-se a ordem geral de classificação.

4.3 Poderão concorrer às vagas referidas no item 4.1 aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição no Processo Seletivo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.4 Presumir-se-ão verdadeiras, até eventual procedimento de verificação, as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no certame, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

4.5 A Comissão responsável pelo acompanhamento do Processo Seletivo poderá convocar, a qualquer momento do certame, os candidatos classificados que tiverem se autodeclarado negros, para confirmar tal opção, mediante a assinatura de declaração nesse sentido, ocasião em que será avaliada a subsistência da declaração.



4.6 A Comissão avaliará o candidato com base nos aspectos fenotípicos ou, subsidiariamente, em quaisquer outras informações que auxiliem a análise acerca de sua condição de pessoa negra, o que será verificado, obrigatoriamente, com a presença do candidato, podendo a comissão entrevistá-lo, inclusive com registro audiovisual.

4.7 O candidato não será enquadrado na condição de negro quando: a) não comparecer à convocação constante no item 4.5 deste Edital; b) não assinar a declaração prevista no item 4.5 deste Edital; e c) por maioria, os integrantes da Comissão concluírem que o candidato não atende à condição de pessoa negra.

4.8 Caso a Comissão conclua pela insubsistência da declaração, o candidato será eliminado da concorrência às vagas reservadas, sem prejuízo do disposto no art. 5º, § 7º da Resolução CNMP n.º 170/2017.

4.9 O candidato negro, durante o preenchimento do Formulário virtual de Inscrição, deverá declarar a opção por concorrer às vagas destinadas aos negros, em campo próprio da ficha de inscrição.

4.10 O não cumprimento do especificado no item 4.9 implicará o indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga para negros, passando o candidato, automaticamente, a concorrer às vagas de ampla concorrência, desde que preenchidos os outros requisitos previstos no Edital.

5 DA INSCRIÇÃO

5.1 A inscrição no Processo Seletivo será realizada através da plataforma eadcesaf, no endereço: <https://cesaf.mpto.mp.br/especializacao/>, no período **das 9h (nove horas) do dia 18 de outubro de 2023 às 18h (dezoito horas) do dia 20 de outubro de 2021**. Para o preenchimento do formulário virtual na plataforma, o candidato deve observar, rigorosamente, o prazo previsto no cronograma (item 12) deste Edital. Todos os documentos referidos no item 5.4 devem ser anexados ao formulário de inscrição, em campo próprio.

5.2 São de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no Formulário de Inscrição, em observância às normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

5.3 A lista das inscrições deferida será publicada na página da Escola Superior (<https://mpto.mp.br/cesaf/>), na data prevista no Cronograma.

5.4 Para efetuar a inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
I – Formulário *online* de inscrição devidamente preenchido e assinado (Anexo I);
II – Cópia escaneada do CPF ou comprovante de inscrição no CPF emitido pela Receita Federal;
III – Cópia escaneada do documento de identidade com foto;



- IV – Cópia escaneada do comprovante de Graduação em curso reconhecimento pelo MEC ou órgão equivalente (diploma ou certidão de colação de grau);
- V – Comprovante de endereço atualizado (referente aos últimos 3 meses);
- VI – Declaração de vínculo com órgão público (apenas para integrantes de outros ministérios públicos); e
- VII – Laudo médico que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou nível de deficiência de que é portador, assim como a CID (Classificação Internacional de Doença) (apenas para os candidatos que pretendam concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência). A ausência de qualquer documento previsto no item 5.4 implicará o indeferimento da inscrição.

6 DO NOME SOCIAL

- 6.1 O(a) candidato(a) trans (travesti ou transexual) que desejar atendimento pelo nome social e ainda não possui os documentos oficiais retificados com o seu nome, poderá solicitá-lo somente pelo e-mail especializacao.esmp@mpto.mp.br dentro do período de inscrições conforme item deste edital.
- 6.2 Na inscrição, no campo “nome completo”, deverá ser informado o nome civil, conforme documento de identificação social.
- 6.3 O nome social, enviado no e-mail, será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas, para a devida identificação do(a)candidato(o), nos termos legais.

7 DO PROCESSO SELETIVO

- 7.1 O Processo Seletivo será realizado em uma única etapa, **por ordem de inscrição**.
- 7.2 As vagas serão preenchidas, por ordem de inscrição, conforme distribuição apresentada no item 2.1, observando-se o número de vagas reservadas para deficientes e negros, conforme itens 3.1 e 4.1.
- 7.3 Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que utilizar documentos falsos ou irregulares.

8 DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1 Os candidatos serão classificados por ordem de inscrição no presente processo seletivo e preencherão as vagas oferecidas de acordo com os grupos de destinatários estabelecidos neste Edital.

9 DA MATRÍCULA

- 9.1 A matrícula no Curso será realizada por *e-mail*, devendo o candidato observar, rigorosamente, o prazo previsto no cronograma (item 12) deste Edital. O *e-mail* deverá ser



encaminhado para especializacao.esmp@mpto.mp.br acompanhado de todos os documentos referidos no item 9.2 (arquivos anexos ao e-mail). Além disso, no campo “Assunto”, o candidato deverá mencionar “Matrícula – Curso – Especialização – Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público”.

9.2 Para a efetivação da matrícula, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Termo de Compromisso e Responsabilidade (apenas para os integrantes do MP/TO (Anexo II); e

II – Termo de Ciência e Responsabilidade sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo III).

9.3 A ausência dos documentos descritos no item 9.2 implicará a não efetivação da matrícula.

9.4 Será considerado desistente o candidato classificado que não efetuar a matrícula no período estabelecido neste Edital.

9.5 Havendo desistência da matrícula, poderão ser convocados os candidatos habilitados, obedecendo à ordem geral de classificação, durante o período mencionado no Cronograma deste Edital.

10 DO DESLIGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1 Será desligado do curso o aluno que:

I – solicitar cancelamento de matrícula;

II – não atingir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), conforme estabelece o Regulamento da Pós-graduação;

III – não atingir a nota ou frequência mínima necessária para aprovação em 3 (três) disciplinas; ou

IV – portar-se de forma inadequada ou infringir quaisquer normas estabelecidas no Regulamento da Pós-graduação, ou neste Edital.

11 DO ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO

11.1 Os candidatos selecionados para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em “Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público” poderão participar do Programa de Estágio Remunerado instituído pelo Ato PGJ n.º 05/2020, desde que observadas todas as diretrizes contempladas no referido documento, notadamente, as vedações previstas em seu art. 27.



12 DO CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	04/10/2023
Período de inscrição	Das 9h do dia 18/10/2023 às 18h do dia 20/10/2023
Divulgação das inscrições deferidas	23/10/2023, a partir das 18h
Divulgação do resultado preliminar	26/10/2023 (a partir das 18h)
Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar	27/10/2023
Divulgação do Resultado Final	30/10/2023 (a partir das 18h)
Prazo de matrícula	31/10 a 9/11/2023
Convocação de 2ª chamada para vagas remanescentes	10/11/2023
Prazo de matrícula (2ª chamada)	13/11 a 16/11/2023
Início das aulas	23/11/2023

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A qualquer tempo a presente chamada poderá ser alterada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão do CESAF-ESMP, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isto implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13.2 Ao CESAF-ESMP reserva-se o direito de não iniciar turma caso não sejam efetivadas matrículas de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos alunos aprovados (30 alunos).

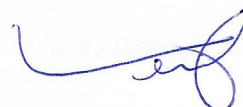
13.3 Para o cumprimento dos horários previstos neste Edital, levar-se-á em consideração o horário oficial de Brasília/DF.

13.4 Os resultados (preliminar e definitivo) do presente Processo Seletivo serão publicados na página do CESAF-ESMP (<https://mpto.mp.br/cesaf/>).

13.5 Em caso de dúvidas, a Coordenação Pedagógica do CESAF-ESMP poderá ser contatada pelo telefone (63) 3216-7679, pelo e-mail especializacao.esmp@mpto.mp.br ou pessoalmente, no endereço: 202 Norte, Av. LO 4, conj. 1, lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218.

13.6 Salvo expressa autorização por parte da Direção do CESAF-ESMP, não será permitida a participação de alunos ouvintes nas disciplinas ofertadas no Curso.

13.7 O Processo Seletivo será realizado por uma Comissão constituída para este fim, sob a responsabilidade da Direção do CESAF-ESMP.



13.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

13.9 Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados pela Direção do CESA-F-ESMP.

Palmas, 29 de setembro de 2023.



Vera Nilva Álvares Rocha Lira
Procuradora de Justiça
Diretora-Geral do CESA-F-ESMP

ANEXO I – FORMULÁRIO ONLINE DE INSCRIÇÃO

- 1 Nome completo:
- 2 Endereço residencial:
- 3 CEP:
- 4 Cidade/UF:
- 5 Telefone residencial:
- 6 Telefone celular:
- 7 E-mail:
- 8 Data de nascimento:
- 9 Número do CPF:
- 10 Número do RG e órgão expedidor:
- 11 Data da expedição do RG:
- 12 Telefone profissional:
- 13 Endereço profissional:
- 14 Cargo / Função:
- 15 Órgão / Lotação:
- 16 Tempo de serviço no MPTO (apenas integrantes do órgão):
- 17 Nome da Instituição em que a graduação foi concluída:
- 18 Ano de conclusão:
- 19 Pessoa com deficiência? () sim () não
- 20 Deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência? () sim () não
- 21 Pessoa negra?
() sim () não
- 22 Deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas negras? () sim () não
- 23 Deseja concorrer as vagas disponibilizadas para o grupo de:
() membros do MPTO
() servidores do MPTO
() integrantes de outros ministérios públicos
() comunidade em geral

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras.

_____, ____/____/2023 (local e data)

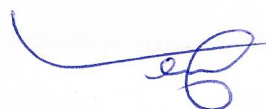
Assinatura do(a) candidato(a)

.ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Tendo interesse em participar do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) em “Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público”, a ser realizado pelo Centro de Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do MP/TO, pelo presente instrumento, eu, _____ (nome), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), **integrante do MP/TO**, lotado(a) no(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____ e titular do RG n.º _____, residente e domiciliado(a) _____ (endereço completo com CEP), na cidade de _____/_____, assumo os seguintes compromissos perante a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o n.º 01 786.078/0001-46:

- 1º) Concluir integralmente o Curso, sem incorrer em qualquer das hipóteses de desligamento contempladas no item 10 do Edital n.º XX, de XX Setembro de 2023, sob pena de ressarcimento dos gastos efetuados pelo MP/TO referentes à concessão da bolsa de estudos;
- 2º) Continuar exercendo minhas atividades no âmbito do MP/TO durante o período de realização do Curso, sob pena de ressarcimento dos gastos efetuados pelo MP/TO referentes à concessão da bolsa de estudos;
- 3º) Disponibilizar ao CESAF-ESMP o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de artigo científico, bem como outros materiais produzidos e de interesse institucional, tais como artigos científicos, resenhas, resumos, etc., elaborados durante o Curso;
- 4º) Disseminar os conhecimentos adquiridos no Curso aos demais integrantes do MP/TO, sempre que houver solicitação do CESAF-ESMP nesse sentido, devendo fornecer pelo menos 1(um) artigo científico para publicação na Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins.
_____, ____/____/2023 (local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)



ANEXO III – TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOBRE O TCC

Eu, _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) em “*Direito e Políticas Públicas: perspectivas teórico-práticas para atuação do Ministério Público*”, concordo com este Termo de Ciência e Responsabilidade, declarando conhecimento sobre os seguintes compromissos listados abaixo:

Estou ciente de que a pesquisa e a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), devem necessária e obrigatoriamente ser acompanhadas pelo meu Orientador e que o envio apenas do produto final, sem a concordância deste, implicará em reprovação do TCC.

Estou ciente de que a existência, em meu TCC, de trechos iguais ou parafraseados de livros, artigos ou sites da internet sem a referência da fonte, é considerada plágio, podendo me levar a responder a processo nas esferas criminal (Código Penal, artigo 184) e cível (Lei 9.610, de 18 de fevereiro de 1998 e artigo 927 do Código Civil de 2002), por violação de direitos autorais, e a estar automaticamente reprovado na disciplina de TCC.

Estou ciente de que, se for comprovado, por meio de arguição ou outras formas, que o texto do TCC não foi elaborado por mim ou é igual a outro já existente, serei automaticamente reprovado nesta disciplina.

Estou ciente de que a correção gramatical, formatação e adequação do TCC, às normas da ABNT, são de minha inteira responsabilidade, cabendo ao Orientador apenas a identificação e orientação de problemas no texto, relativos a estes aspectos, mas não sua correção ou alteração.

Estou ciente de que a versão final do TCC deverá ser entregue conforme prazo estabelecido pela Coordenação Pedagógica do CESAF-ESMP.

Estou ciente de que a orientação do TCC não ocorrerá, necessariamente, de forma presencial, podendo ser utilizado, para tanto, o auxílio de todo e qualquer tipo de recurso tecnológico sugerido pelo Orientador, tais como, Facebook, Whatsapp, Skype, LinkedIn, E-mail, Messenger, etc.

_____, ____/____/2023 (local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

